
O Grupo de Pressão de Mulheres por Terras no Zimbábue

Abby Mgugua - abby@wllg.co.zw

Grupo de Pressão de Mulheres por Terras" - GPMT

Fotografia: Beacon

produção de
em área
densamente
em Mbare

Mbiba -
hortaliças

povoada

A



agricultura urbana é uma atividade social e econômica importante, que oferece alimentos nutritivos, emprego e renda a um grande número de pessoas nas zonas urbanas, especialmente às mulheres. Essa importância aumentou como resultado dos Programas Econômicos de Ajuste Estrutural (ESAP), iniciados no Zimbábue desde os anos 1990, devido ao aumento agudo do custo de vida causado pela eliminação dos subsídios sobre os produtos da cesta básica. Esse período também experimentou um aumento da agricultura urbana e na comercialização de seus produtos.

As pesquisas revelaram que, no Zimbábue, a maioria (90%) dos agricultores urbanos é formada por mulheres que se dedicam à atividade como uma estratégia para o alívio da pobreza. Os lares economizam dinheiro ao consumir seus próprios produtos, em lugar de ter que comprá-los. Como em muitos outros países em desenvolvimento, a agricultura urbana é uma necessidade, e é praticada para suprir as provisões alimentares domésticas, diferentemente da prática nos países desenvolvidos, onde ela tem antes finalidades de lazer e saúde.

O Grupo de Pressão de Mulheres por Terras

A agricultura urbana foi identificada recentemente como área prioritária de atividade para o Grupo de Pressão de Mulheres por Terras (GPMT) - cujo maior interesse é apoiar o desenvolvimento do segmento mais pobre da comunidade - ao ficar claro que a auto-produção de alimentos é uma estratégia de sobrevivência que vinha crescendo espontaneamente entre as famílias mais pobres, premidas pela necessidade.

Além disso, a maioria dessas famílias mora nos subúrbios de alta densidade populacional, onde os terrenos das casas são mínimos e os cultivos são praticados em terrenos baldios, municipais, estatais e privados. Como essas áreas nunca foram designadas como com destinação agrícola, os plantios são considerados uma atividade ilegal.

A estratégia da agricultura urbana

No Zimbábue, vários problemas estão associados à agricultura urbana, envolvendo temas como política e propriedade da terra, técnicas de produção, comercialização, e impactos ambientais negativos. O GPMT tem uma estratégia em duas etapas para chamar atenção para a necessidade de uma política consistente de agricultura urbana.

A primeira fase consiste em pressionar pela promulgação de leis que apoiem a agricultura urbana, ressaltando sua importância e traçando estratégias para legitimá-la, principalmente por meio de seminários reunindo os interessados. A audiência alvo nessa fase é formada pelos parlamentares, representantes do governo municipal, funcionários do conselho municipal, lideranças das associações e ONGs pertinentes, e os próprios agricultores urbanos.

Uma vez estabelecido um marco de política que governe a agricultura urbana, e enquanto se espera por sua legalização, o GPMT passará à segunda fase de sua estratégia: em associação com outras organizações, como o Ministério de Desenvolvimento Agrário, o Serviço de Extensão Agrícola, e outras entidades afins, será implementado um programa para apoiar os agricultores urbanos a se desenvolverem de forma sustentável e viável.

O GPMT tem a intenção de ajudar às agricultoras por meio de treinamento para capacitação agrícola, para aperfeiçoar suas práticas de manejo e aumentar sua produtividade e a qualidade da produção. Também pretende criar um sistema de microcrédito para ajudar as mulheres produtoras.

O objetivo final é incluir a agricultura urbana no planejamento das zonas urbanas do Zimbábue, e que a atividade possa atingir seu pleno potencial com relação à segurança alimentar da população urbana zimbabuense.

O objetivo do GPMT é defender - e pressionar por - políticas ligadas ao acesso às terras que levem em consideração as questões de gênero, e promover o fortalecimento econômico das mulheres por meio do acesso e controle equitativos da terra. O GPMT preocupa-se em garantir que as políticas que favoreçam o acesso das mulheres à terra sejam efetivamente levadas à prática e implementadas.